ELISA LEONESI MALUF

**TERRORISMO E PRISÃO CAUTELAR:
EFICIÊNCIA E GARANTISMO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR MARCOS ALEXANDRE COELHO ZILLI

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

SÃO PAULO

2014

RESUMO

Elisa Leonesi Maluf. Terrorismo e prisão cautelar: eficiência e garantismo. 2014. 207p. Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, dezembro de 2014.

Nas últimas décadas, a questão do terrorismo encontra-se em crescente debate, especialmente no âmbito jurídico. O tema apresenta aspectos tortuosos, a começar pela dificuldade em conceituar e tipificar o fenômeno. Partindo da premissa de que o terrorismo é um crime grave, com amplitude internacional, pretende-se nesse estudo abordá-lo sob um enfoque processual. A tarefa não seria possível sem antes buscar conceitos para o terrorismo, classificá-lo como um crime internacional e identificar a posição do terrorista, como criminoso, tanto em contexto de conflito armado quanto em situações de paz. A esse aspecto, enfatiza-se a necessidade de aplicação das normas protetivas de Direitos Humanos e de Direito Humanitário, afastando a denominação de combatente inimigo e, com isso, o limbo jurídico a que estaria reservado o terrorista. Essas questões preliminares contextualizam o debate central de nosso trabalho: a prisão cautelar de terroristas, à luz da eficiência e garantismo. Para a abordagem do tema, especial atenção é dada às mudanças ocorridas nas legislações e jurisprudências dos Estados Unidos, Reino Unido e Espanha, Estados fortemente afetados por atos terroristas, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001. A apresentação é feita com base nos julgamentos de casos paradigmáticos, envolvendo prisões cautelares de terroristas, com enfoque nas violações de direitos e garantias do devido processo legal, também à consideração da jurisprudência de cortes internacionais de direitos humanos. A prisão cautelar é aqui entendida como a prisão anterior ao julgamento, cujo caráter instrumental visa a garantir a eficácia dos procedimentos penais. Em seguida, os direitos e as garantias do devido processo legal aplicáveis à prisão cautelar, principalmente nos casos de terrorismo, são analisados de forma mais detida, com o intuito de demonstrar a necessidade de se compatibilizar a busca de eficiência na persecução penal do terrorismo com as garantias do processo penal. Quanto a isso, ressalta-se a importância da presunção de inocência, do direito de defesa e da proibição da tortura. Ao fim do trabalho, a análise se volta a uma abordagem nacional do tema, averiguando o tratamento das prisões cautelares de terrorismo no Brasil.

Palavras-chave: prisão cautelar, terrorismo, eficiência e garantismo, devido processo legal, direitos e garantias

ABSTRACT

Elisa Leonesi Maluf. Terrorism and provisional detention: efficiency and guaranteeism. 207p. Master's Degree. Law School of the University of São Paulo, December 2014.

In the past few decades, the question of terrorism has been the object of increasing debate, especially within the legal scope. This topic presents some complex aspects, beginning with the problem of conceptualizing and defining this phenomenon. Beginning with the premise that terrorism is a serious crime, with an international scope, in this study we intend to approach it from a procedural focus. This would not be possible without first seeking definitions for terrorism, classifying it as an international crime and identifying the position of the terrorist, as a criminal, both within the context of armed conflict and in situations of peace. In this regard, we emphasize the need to apply the protective rules of Human Rights and Humanitarian Law, avoiding the use of the term enemy combatant, and thus, the legal limbo that would be reserved for terrorists. These preliminary questions place the central debate of our work in context: the provisional detention of terrorists, from a standpoint of efficiency and guaranteeism. In the discussion, special attention is paid to the changes that took place in the legislation and judicial precedent of the United States, the United Kingdom and Spain, States strongly affected by terrorist acts, especially after the attacks of September 11, 2001. The presentation is based on the judgments of paradigmatic cases, involving provisional detentions of terrorists, with a focus on the violations of due process rights and guarantees, as well as on the jurisprudence of international human rights courts. Here, provisional detention is understood as imprisonment before the judgment, whose instrumental nature is to guarantee the effectiveness of criminal proceedings. Next, the rights and guarantees of due process applicable to provisional detention, principally in cases of terrorism, are analyzed more carefully, in order to show the need to make criminal prosecution of terrorism compatible with the guarantees of criminal procedure law. In this regard, emphasis is placed on the importance of the assumption of innocence, the right to defense and the prohibition of torture. At the end of the work, the analysis returns to the national approach to this topic, verifying the treatment of provisional detentions for terrorism in Brazil.

Key-words: provisional detention, terrorism, efficiency and guaranteeism, due process, rights and guarantees

INTRODUÇÃO

O terrorismo representa atualmente um dos fenômenos político-sociais mais envolventes e polêmicos dentro da ordem jurídica. Os atos de terrorismo têm sido cada vez mais frequentes em diversas partes do mundo, o que tem por consequência a união dos Estados em torno do combate a essa nova forma de criminalidade.

Observamos, em notícias diárias, suspeitos de terrorismo sendo presos em prisões distantes, onde a mídia não consegue alcançar e a população e o Poder Judiciário não podem fiscalizar eventuais violações de direitos humanos.

A partir de um fenômeno tão complexo e polêmico, visamos, nesse trabalho, trazer uma abordagem contextualizada ao tema, tratando de questões nas áreas de Direitos Humanos, Direito Penal, Direito Internacional e, especialmente, tratando da área de direitos e garantias do Direito Processual Penal.

O foco de nosso trabalho permanecerá no contexto dos direitos e garantias processuais do terrorista preso cautelarmente. A observação deve ser feita a partir dos princípios de eficiência e garantismo do processo penal e da forma como compatibilizá-los. Nesse sentido, cabe-nos questionar como poderá haver maior eficiência da persecução penal contra o terrorismo, enquanto delito diferenciado, resguardando-se ainda garantias básicas do homem.

Para fins didáticos, o trabalho será dividido em quatro partes.

Na primeira parte, será analisado o terrorismo como fenômeno político, social e jurídico, buscando identificar um possível conceito, a partir de seus elementos básicos e de seu contexto histórico. Para tanto, é preciso diferenciá-lo de outros fenômenos assemelhados, cuja dificuldade para identificação deve-se a aspectos políticos, como é o caso de guerrilhas e rebeliões armadas com fins de libertação de governos despóticos.

Ainda na parte introdutória, cabe analisar o terrorismo enquanto tipo penal e, a partir dessa premissa, classificá-lo dentro da ordem normativa internacional. Após a ocorrência de atos terroristas em escala mundial, afetando, de modo semelhante, diversos Estados, será o terrorismo um crime internacional? Pretendemos dar alguma luz à questão tomando como base algumas classificações doutrinárias do Direito Internacional.

Em um segundo momento, haverá uma discussão acerca do regime normativo aplicável ao terrorista enquanto criminoso. A investigação seguirá em torno

da doutrina do Direito Penal do Inimigo e sua aproximação com o discurso político de alguns Estados sobre a questão do combate ao terrorismo.

Na segunda parte de nosso trabalho, especial atenção é dada à regulamentação legislativa do terrorismo nos ordenamentos internos de Estados selecionados (Estados Unidos, Reino Unido e Espanha), que foram bastante afetados recentemente por atos terroristas.

Naturalmente, a análise se intensificará na conceituação do terrorismo e tratamento prisional dos terroristas, naquilo que tange à restrição de direitos e garantias processuais. Sendo assim, especial atenção é dada às normas editadas após os eventos de 11 de setembro de 2001, pois entendemos ser este um marco histórico que repercutiu no meio legislativo, mesmo fora dos Estados Unidos.

Nesse contexto, o estudo do tema no âmbito do ordenamento jurídico internacional, em resoluções, diretivas e decisões-quadro de organismos internacionais, faz-se necessário a fim de possibilitar a cooperação jurídica entre Estados. Dessa forma, o terrorismo é percebido como fenômeno que atinge os mais diversos cantos do planeta, havendo um interesse especial dos países em colaborar para obtenção de um combate mais efetivo a essa criminalidade.

Na terceira parte, aprofundamos a análise do tema em questões práticas, a partir de estudo de casos paradigmáticos, envolvendo prisões cautelares, decididos pelo Poder Judiciário dos Estados escolhidos. Verificamos não apenas a aplicação das legislações mais rígidas como também a adoção das políticas extremas de combate ao terrorismo. Sugerimos ao leitor uma observância especial das garantias violadas e/ou afastadas pelo próprio Judiciário. A isso, questionamos, o guardião da lei se torna seu próprio ofensor?

Algumas soluções também são apresentadas na jurisprudência de cortes internacionais. Como intérpretes de convenções de direitos humanos, a serem observadas pelos países que as ratificaram, tais cortes podem trazer valiosas respostas para o combate ao terrorismo, resguardando-se garantias processuais. No entanto, igualmente não se livram de críticas quanto à aplicação do direito aos atos de terrorismo.

Na quarta e última parte, arrematamos o tema com uma abordagem de direitos e garantias processuais que giram em torno das prisões cautelares. Considerando o binômio eficiência e garantismo, procuramos verificar como proteger as

garantias fundamentais do indivíduo preso, sem comprometer a busca pela eficiência dos procedimentos criminais e pela efetivação da justiça.

Para tanto, temos como premissa que, mesmo em casos de graves crimes, algumas garantias são invioláveis, entre elas, o direito à vida, à integridade física e o devido processo legal. Isso porque o importante é que o terrorista seja julgado e, eventualmente, condenado por seus pares, com observância plena das garantias do devido processo legal, como forma de legitimação da justiça.

Fechando esse ciclo de estudos, faremos uma breve abordagem da questão no Brasil, levantando temas como a conceituação de terrorismo no nosso ordenamento e a regulação da prisão cautelar de terroristas. Ainda que não tenhamos um histórico de ataques terroristas semelhantes a europeus e americanos, o tema do terrorismo encontra-se em discussão nas mais altas esferas jurídicas, não podendo ser ignorado pelo legislador brasileiro. Da mesma forma que outros países, o Brasil também deve estar preparado para esse fenômeno.

Por fim, traremos algumas linhas conclusivas do que pudemos observar nesse singelo trabalho.

CONCLUSÃO

Na ordem internacional, encontramos o terrorismo como um grave crime que vem afetando diversos Estados e exigindo respostas jurídicas rápidas, contra um perigo instável. Apesar dos recentes acontecimentos, suas origens são antigas. No último século, o fenômeno tomou forma de atos criminosos com o intuito de disseminar o terror numa comunidade, com objetivos políticos, ideológicos ou religiosos, atingindo vítimas inocentes. Há um aumento cada vez maior do número de atos terroristas, espalhados pelo mundo, o que torna o tema preocupante para a comunidade internacional e causador de inúmeras alterações nos âmbitos legislativo e judicial.

Embora com o crescente número de atentados, em escala universal, não há consenso na comunidade internacional em torno de um conceito de terrorismo. A ação de grupos de resistência armada contra governos despóticos e levantes internos têm sido qualificados, erroneamente, como atos de terrorismo, por conta da indefinição apresentada. O consenso em torno de um conceito facilitaria a cooperação entre os Estados no combate a essa criminalidade. Por outro lado, a falta de concordância levou os Estados a regularem a matéria em legislação própria.

No âmbito internacional, buscou-se a definição de terrorismo, em convenções internacionais, sem muito sucesso, haja vista que, diante do dissenso quanto às características do ato terrorista, os instrumentos normativos ficaram restritos à definição e ao repúdio a atos isolados e periféricos ao terrorismo propriamente dito (tais como o combate ao financiamento ao terrorismo, ao uso de armas nucleares e a atentados com bombas).

Por consequência, levantou-se a questão da classificação do terrorismo dentro do rol de crimes internacionais, quando cometido em escala mundial. De acordo com boa parte da doutrina, o rol de crimes internacionais, aqueles denominados *core crimes*, é restrito aos delitos previstos no Estatuto de Roma.

Entretanto, pela relevância que tem tomado nos últimos tempos e pelas características de supranacionalidade e interesse da comunidade geral das nações, o terrorismo tem sido considerado por parte da doutrina como crime internacional ou crime de direito internacional, não se confundindo, porém, com quaisquer dos crimes elencados no Estatuto de Roma.

Mais importante do que a questão da classificação do terrorismo como crime dentro do Direito Internacional é o regime normativo aplicável aos terroristas.

Logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, o governo americano se enveredou em conflitos armados contra alguns países do Oriente Médio, em busca de minar atividades de grupos terroristas. Nesse contexto, o governo americano qualificou o terrorista como “combatente inimigo” (*unlawful combatant*).

Muitas críticas foram lançadas pela doutrina contra essa denominação e suas consequências, inclusive com o reconhecimento, por parte de muitos doutrinadores, de que haveria a efetiva aplicação da doutrina do Direito Penal do Inimigo, de Günther Jakobs.

Nesse aspecto, seguimos parte da doutrina e reconhecemos que a retórica de combate e o uso do termo “combatente” foram utilizados com o propósito de afastar a aplicação de normas gerais de Direito Penal e Processual Penal aos supostos terroristas, inclusive, minando a persecução penal e as garantias do devido processo penal. Somado a isso, o termo “inimigo” foi utilizado para afastar a aplicação de normas de Direito Humanitário, encontrando-se o terrorista em verdadeiro buraco negro jurídico (*legal black hole*).

Entretanto, em pleno século XXI, não se pode conceber a negativa do *status* de pessoa a indivíduo algum, mesmo aqueles suspeitos de crimes gravíssimos, como o terrorismo. Não se admite o retrocesso em questão de direitos humanos. Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo homem tem direito a ser reconhecido como pessoa e toda pessoa é igual perante a lei e ao direito, sem qualquer distinção ou discriminação (artigos 6º e 7º).

No mais, as normas do Direito Internacional Humanitário servem para estabelecer o mínimo patamar jurídico em um contexto bélico e devem ser aplicadas também aos terroristas capturados em combates. Fora do conflito armado, aos terroristas se aplicam as normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos e normas constitucionais de Direito interno, referentes a direitos fundamentais da pessoa humana.

Consideramos que o Direito Internacional dos Direitos Humanos é formado por três vertentes – Direitos Humanos, Direito Humanitário e Direito dos Refugiados, que devem ser observados em toda e qualquer situação de direito, buscando-se com isso, evitar possíveis buracos negros jurídicos. No contexto de combate ao terrorismo, a resposta jurídica deve ser encontrada nesse sistema.

Em relação às alterações legislativas, os países que mais foram afetados nos últimos anos por atentados terroristas, tais como EUA, Reino Unido e Espanha,

apresentaram as maiores mudanças na legislação penal e processual penal em relação ao tema e, no caso dos três Estados mencionados, houve, sem exceção, o recrudescimento no combate ao terrorismo.

As legislações especificamente voltadas para o combate ao terrorismo restringiram direitos processuais básicos, relacionados à prisão dos terroristas, violando diversos direitos e garantias, tais como a duração razoável da prisão cautelar, direito à defesa, vedação à incomunicabilidade e a garantia do *habeas corpus*.

Além disso, essas legislações excepcionais – porque elaboradas num contexto afloativo e com finalidade de reduzir garantias fundamentais – demonstraram a influência dos atentados terroristas nas ordens jurídicas internas e, sobretudo, a supremacia do Poder Executivo, cujas autoridades ganharam maiores poderes, inclusive, para determinar a prisão de suspeitos de terrorismo.

No contexto internacional, da mesma forma, foram elaboradas novas convenções com intuito de estabelecer a cooperação entre os Estados no combate ao terrorismo, com a determinação de medidas específicas, tais como a adequação das legislações internas. Essa foi uma forma encontrada para contornar as dificuldades da ausência de definição do terrorismo.

Na parte jurisprudencial dessa pesquisa, concluímos pela ascensão do recrudescimento criminal no combate ao terrorismo também no âmbito do Poder Judiciário, que se apequenou diante das resoluções e determinações dos demais poderes. A partir de casos paradigmáticos – *Rasul*, *Hamdi* e *Padilla* – e alguns outros colacionados, pôde-se verificar que a distorção do parâmetro persecutório do Estado de Direito para uma retórica de combate.

Em alguns casos, não houve sequer persecução penal, pois o contexto da criminalidade terrorista foi distorcido para uma noção de guerra. As garantias processuais mínimas foram questionadas pelo próprio Poder Judiciário: a garantia de acesso às cortes e ao benefício do *habeas corpus* foi negada, as alegações de tortura e maus-tratos foram ignoradas, a acusação formal ausente e o direito de defesa diluído.

Em alguns casos, os pedidos dos presos levaram anos para chegar à última instância judicial apenas para se decidir a possibilidade de impetrar um *habeas corpus*. Além disso, não foi raro haver discriminação contra estrangeiros e a negativa de aplicação de qualquer norma de direitos humanos (para os combatentes inimigos).

Nos casos menos graves de violação de direitos humanos, as garantias processuais de presos foram reconhecidas com algum “incremento”, como o aumento

do período de incomunicabilidade, a nomeação de defensores de ofício, a restrição do *habeas corpus* e de outros recursos às cortes superiores.

Com a premissa de que o terrorista também é pessoa e a ele se aplicam todos os direitos e garantias fundamentais do homem, reconhecidas em normas internacionais e internacionais, discutimos acerca das principais garantias reservadas aos presos cautelares, que não podem ser afastadas nem mesmo em um contexto de emergência.

Para tanto, foi reconhecido que o objetivo dos Estados no combate ao terrorismo foi obter o máximo de eficiência na persecução penal, muitas vezes, em prejuízo das garantias do cidadão. Com isso, o binômio liberdade-segurança perdeu o equilíbrio essencial que deve ter num Estado Democrático.

Tendo em vista que o *ius puniendi* não é ilimitado e alcança restrições nos direitos humanos, é preciso buscar um sistema justo e harmônico, em que os procedimentos sejam *eficazes*, produzindo os efeitos que dele se esperam, *ao mesmo tempo* em que se observe o *devido processo legal*.

A *presunção de inocência* deve ser preservada, sobretudo quando não há *justa causa* para a ação penal ou, especialmente, para a prisão provisória do suspeito. A inobservância dessas garantias constitui violação a normas fundamentais do Direito Processual Penal, levando à possível violação do *direito à imagem* dos inocentes presos.

Ademais, a assistência jurídica ao preso, resguardados o *direito de defesa* – vedada a *incomunicabilidade* entre mandante e mandatário – e o *direito ao silêncio*, configuram garantias mínimas para se questionar a arbitrariedade das prisões e, principalmente, para evitar possíveis violações do *direito à vida e à integridade física* dos presos.

Para tanto, é necessário que se resguarde a *garantia do habeas corpus*, remédio adequado para questionar violações ao direito à liberdade de locomoção, insuscetível de ser suspensa mesmo em casos de grave comoção social.

Considerando ainda que, não raro, os suspeitos de terrorismo são presos cautelarmente, com base em fundamentos fáticos e jurídicos que indiquem a necessidade de prisão, a decisão constritiva deve ser *periodicamente revisada*, porque não definitiva, por um *juízo imparcial e independente*, principalmente, em relação ao Poder Executivo.

Sob análise de tais garantias básicas, concluímos que muitos julgamentos de terroristas foram contrários às normas de direitos humanos em prol do exercício

ilimitado do poder punitivo e, nesses casos, muitas garantias processuais acabaram sendo violadas, o que não se pode admitir em Estados Democráticos.

No Brasil, o enfrentamento ao terrorismo tem sido intensificado nas últimas décadas, muito embora se restrinja ao aspecto teórico. Entendemos que não há na legislação atual a tipificação do terrorismo, o que prejudica a aplicação de leis internas que se referem aos atos terroristas. Mas, de forma semelhante a alguns países, aqui também há maior rigidez no tratamento ao terrorista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Edit.). **Sistema interamericano de protección de los derechos humanos y derecho penal internacional**. Montevideo: Konrad Adenauer Stiftung, 2011

ACOSTA, Juan Oberto Sotomayor. (Coord.) **Garantismo y derecho penal**. Bogotá: Editorial Temis S.A., 2006

AMERICAN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW. **U.S. detention of aliens in aftermath of September 11 attacks**, v. 96, n. 2, apr. 2002

ARNOLD, Roberta; QUÉNIVET, Noëlle (Edit.). **International Humanitarian Law and Human Rights Law**. Towards a new merger in International Law. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008

AUED, Norberto Rubén; JULIANO, Mario Alberto. **La probation y otros institutos del derecho penal**. Buenos Aires: Universidad, 2001

BACHMANN, Sascha-Dominik; GALVIN, Peter. Pre-trial detention and control orders under British Anti-Terror Legislation post 9/11: balancing a need for security with the European Convention on Human Rights – An overview, British Anti-Terror Legislation, **Windsor Yearbook of Access to Justice**, 2010

BADARÓ, Gustavo H. R. Ivahy. **Processo Penal**. 2. ed., São Paulo: Elsevier, 2014

BARBOSA, Ruy. **República: teoria e prática**. Textos doutrinários sobre direitos humanos e políticos consagrados na primeira Constituição republicana. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes, 1978

BARCELLOS, Carolina Souza. Ensaio sobre as distinções entre organizações guerrilheiras e terroristas. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília: Abin, v. 3, n. 4, p. 29-34, set. 2007

BASSIOUNI, M. Cherif (Edit.). **Commentaries on the international law commission's 1991 draft code of crimes against the peace and security of mankind.** Nouvelles études pénales. Association Internationale de Droit Pénal. Toulouse: Editions Érès, 1993

_____. **International extradition:** United States Law and Practice. 5th. Ed., New York: Oxford University Press, 2007

_____. **International Criminal Law.** 3rd ed. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008, v.1

BECHARA, Fábio Ramazzini. **Garantia constitucional do processo justo: eficiência e garantismo.** Revista do Advogado, ano XXXII, out. 2012, nº 117

BEDE Jr., Américo; SENNA, Gustavo. **Princípios do processo penal. Entre o garantismo e a efetividade da sanção.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009

BERRIEW, Lord Carlile of. **Definition of terrorism.** Norwich: Crown Copyright, 2007

BIANCHI, Andrea. (Edit.). **Enforcing international law norms against terrorism.** Studies in international law, v. 4. Portland: Hart Publishing, 2004

_____; NAQVI, Yasmin. **International humanitarian law and terrorism.** Oxford and Portland: Hart Publishing, 2011

BOLZ Jr., Frank; DUDONIS, Kenneth J.; SCHULZ, David P. **The Counterterrorism Handbook: Tactics, Procedures and Techniques.** 3rd ed. [S.l.]:Taylor and Francis Group, 2005

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Medidas cautelares penais (Lei 12.403/11). Novas regras para a prisão preventiva e outras polêmicas. **Revista do Advogado**, ano XXXI, n. 113, set. 2011

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (Coord.) **Terrorismo e direito: os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003

BREAU, Susan, LIVINGSTONE, Stephen, O'CONNELL, Rory. **Anti-Terrorism Law and Human Rights in the United Kingdom post September 11**. Human Rights Centre, Queens, University Belfast, 2002

BRYANT, A. Christopher. Retroactive application of “new rules” and the Antiterrorism and Effective Death Penalty Act, **The George Washington Law Review** 1, n. 70, 2002

BYERS, Michael, **A lei da guerra**. O direito internacional e o conflito armado. Rio de Janeiro: Record, 2007

CABETTE, Eduardo Luiz Santos, NAHUR, Marcius Tadeu Maciel. **Criminalidade organizada e globalização desorganizada: curso completo de acordo com a lei 12.850/13**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014

CALAMANDREI, Piero. **Introduzione allo studio sistematico dei provvedimenti cautelari**. Padova: Cedam, 1936

CARVALHO, Amilton Bueno de; CARVALHO, Salo de. **Aplicação da pena e garantismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2004

CASSESE, Antônio. Terrorism, Politics and Law: the Achille Lauro Affair. **Princeton University Press**, Princeton, New Jersey, 1990

_____; DELMAS-MARTY, Mireille (Org.). **Crimes internacionais e jurisdições internacionais**, Barueri: Manole, 2004

_____. **International Criminal Law**. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 2008

CASTILHO, Antônio W. Gonçalves. Terrorismo no Brasil: ocorrência, prevenção e combate. **Revista Criminal**: ensaios sobre a atividade policial, São Paulo, v. 2, n. 5, p.165-223, out-dez. 2008

CHOUDHRY, Sujit (Edit.). **The Migration of Constitutional Ideas**. New York: Cambridge University Press, 2006

CHOUKR, Fauzi Hassan. **Processo Penal de Emergência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2002

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003

COLE, David, DEMPSEY, James X., **Terrorism and the Constitution**. Sacrificing civil liberties in the name of national security. Canada: The New Press, 2006

CREEGAN, Erin. A Permanent hybrid court for terrorism. **American University International Law Review**, v. 26, n. 2, 2011

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição brasileira de 1988**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

CRETELLA NETO, José. **Terrorismo Internacional**: inimigo sem rosto, combatente sem pátria. Campinas: Millenium, 2008

CRUZ, Rogério Schietti Machado. **Sessenta dias de prisão provisória: é razoável?** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995

CUERDA RIEZU, Antonio (Dir.). **La respuesta del derecho penal ante los nuevos retos**. Madrid: Dykinson, 2006

DELMANTO Jr. Roberto, **As modalidades da prisão provisória e seu prazo de duração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001

DELMAS-MARTY, Mireille. O paradigma da guerra contra o crime: legitimizar o inumano? **Revista do Ministério Público do Estado do Pará**, v.1, n. 66, 2008

DOSWALD-BECK, Louise. **Human rights in times of conflict and terrorism**. Oxford: Oxford University Press, 2011

DOUGLAS, William A.; ZULAIKA, Joseba. On the interpretation of terrorism violence: ETA and the Basque political process. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge University Press, v. 32, n. 2, p. 238-257, abr. 1990

DUGARD, John. International terrorism: problems of definition. **Royal Institute of International Affairs**, London, v. 50, n. 1, p. 67-81, jan. 1974

DWORKIN, Ronald. What the court really said. **The New York review of books**, 12 ago. 2004. Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2004/aug/12/what-the-court-really-said/>. Acesso em: 01 set. 2014

ELLIOTT, Mark. Detention without trial and the 'war on terror'. **International Journal of Constitutional Law**, n. 4, 2006

EPIFANIO, Mariaelisa. Legislative response to international terrorism. **Journal of Peace Research**, v. 48, 2011

FERNANDES, Antônio Scarance. Funções e limites da prisão processual. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 64, jan-fev. 2007

_____. **Teoria geral do procedimento e o procedimento no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005

_____. **Processo penal constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007

_____, ALMEIDA, José Raul Gavião de, ZANOIDE DE MORAES, Maurício. **Sigilo no processo penal**. Eficiência e garantismo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

_____. As medidas cautelares pessoais nos projetos de reforma do Código de Processo Penal. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 46, n. 183, jul-set. 2009

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010

FLETCHER, George P. Ciudadanos o personas? Análisis de las sentencias de la Corte Suprema de los Estados Unidos em los casos Hamdi, Padilla y los prisioneros en Guantánamo. **Revista Penal**, Valencia, n. 16, p. 61-71, jul. 2005

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Terrorismo e criminalidade política**. Rio de Janeiro: Forense, 1981

FRANCO, Alberto Silva. **Crimes hediondos**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

FRIESEN, Katie. The effects of the Madrid and London subway bombings on Europe's view of terrorism. **Review Digest**: Human rights and the war on terror, Supplement, 2007. Disponível em: http://www.du.edu/korbel/hrhw/researchdigest/terror/europe_2007.pdf. Acesso em: 25 jun. 2013

GARCIA, Basileu. Panorama da prisão provisória ou processual no Brasil. **Revista dos Tribunais** 315/52, jan. 1962

GARCIA, Luis M. (Coord.) **Los derechos humanos em el processo penal**: función em el derecho interno, detención, prisión preventiva, recurso contra la sentencia de condena. Buenos Aires: Ábaco de Rodolfo Depalma, 2002

GARCIA, Michael John, **Interrogation of Detainees: Requirements of the Detainee Treatment Act**, Legislative Attorney, Congressional Research Service, Aug., 2009

GARRISON, Arthur H., Hamdi, Padilla and Rasul: the war on terrorismo on the judicial front. **American Journal of trial advocacy**, Birmingham, v. 27, 2003

GIACOMOLLI, Nereu José. **O devido processo penal**. São Paulo: Atlas, 2014

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **Presunção de inocência e prisão cautelar**. São Paulo: Saraiva, 1991

GOMES, Luiz Flávio. Criminalidade econômica organizada. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, n. 56, v. 10, 18-41, 2013

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. Primeira questão: o PLS 236/12 contém um Código Penal? **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, n. 259, jun. 2014

GOMEZ CAMPELO, Esther. Los derechos individuales en el procedimiento de extradicion y en la orden europea de detencion y entrega. **Anuario de derecho constitucional latino-americano**, Tomo II, Konrad Adenauer Stiftung, 2006

GÖSSEL, Karl Heinz. La defensa em el Estado de Derecho y las limitaciones relativas al defensor em el procedimiento contra terroristas. **Doctrina Penal: Teoría y práctica em las ciências penales**, Buenos Aires, v. 3, p. 219-238, 1980

GRECO, Alessandra Orcesi Pedro; SAKAI, Rita Becca. Terrorismo e direito penal. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, São Bernardo do Campo, v. 12, n. 14, p.15-43, 2008

GRECO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. 20ª ed. São Paulo, Saraiva, 2008, v.1

GREVI, Vittorio. **Nemo tenetur se detegere**. Interrogatorio dell'imputato e diritto al silenzio nel processo penale italiano. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1972

GRINOVER, Ada Pellegrini, FERNANDES, Antônio Scarance, GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **As nulidades no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 11ª ed., 2009

GUILLAUME, Gilbert. Terrorism and International Law. **International and Comparative Law Quarterly** Cambridge, v. 53, Issue 03, p. 537-548, jul. 2004

GUIMARÃES, Marcello Ovídio Lopes. **Tratamento penal do terrorismo**. São Paulo: Quartier Latin, 2007

GUIORA, Amos N. Legislative and policy responses for terrorism, a global perspective. **San Diego International Law Journal**, v. 7, n. 125, 2005

GUZMÁN, Nicolás (Coord.); PASTOR, Daniel R. (Dir.). **El sistema penal en las sentencias recientes de los órganos interamericanos de protección de los derechos humanos**. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2009

HOFFMAN, Bruce. Is Europe soft on terrorism? **Foreign Policy**. Washingtonpost Newsweek Interactive LLC, n. 115, p. 62-76, summer 1999

HOFFMAN, David; ROWE, John. **Human Rights in the UK: An introduction to the Human Rights Act 1998**, 2. ed., Harlow: Pearson Longman, 2006

JAKOBS, Günther; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Direito penal do inimigo**. Noções e críticas. 2ª ed. Tradução André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007

JESCHECK. Hans-Heinrich. **Die Verantwortlichkeit der Staatsorgane nach Völkerstrafrecht**. Eine Studie zu den Nürnberger Prozessen. Bonn: Ludwig Röhrscheid Verlag, 1952.

JONES, Alun; BOWERS, Rupert; LODGE, Hugo D. **Blackstone's guide to the Terrorism Act 2006**, London: Oxford University Press, 2006

KIRCHNER Stefan. **The case of the "detainees" in Camp X-Ray at the U.S. Naval Base in Guantánamo Bay (Cuba) before the Inter-American Commission on Human Rights**. Justus Liebig University of Giessen, Law Faculty, Course, 17 jun. 2002

KUSHNER, Harvey W., **Encyclopedia of terrorism**. [S.l.]: SAGE Publications, 2003.

LEAL, João José. **Crimes hediondos**. Aspectos político-jurídicos da lei 8.072/90. São Paulo: Atlas, 1996

LEWIS, Anthony. Making torture legal. **The New York review of books**, 15 jul. 2004. Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2004/jul/15/making-torture-legal/>. Acesso em: 01 set. 2014

LIMA, Marcellus Polastri; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna (Coord.). **A renovação processual penal após a Constituição de 1988**: Estudos em homenagem ao professor José Barcelos de Souza. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009

LIMBACH, Jutta. Direitos Humanos em tempos de terror. A segurança coletiva é a inimiga da liberdade individual? **Revista Direitos Fundamentais e Justiça**. Porto Alegre, v. 6, n.19, abri-jun. 2012

LOPES Jr., Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

_____. **Sistemas de investigação preliminar no processo penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003

_____; BADARÓ, Gustavo H. R. Ivahy. **Direito ao processo penal no prazo razoável**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006

LOSANO, Mario G.; MUÑOZ CONDE, Francisco (Coord.). **El derecho ante la globalizacion y el terrorismo**. Valencia: Tirant lo blanch, 2004

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. A aplicação da Convenção Interamericana contra o terrorismo no Brasil. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 22, p.129-146, jun. 2008

MASI, Carlo Velho. A nova política criminal brasileira de enfrentamento das organizações criminosas. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, n. 56, v. 10, 30-46, 2013

MATOS, Ricardo Jorge Bragança de. O princípio do reconhecimento mútuo e o mandado de detenção europeu, **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, Coimbra, ano 14, n. 3, jul-set. 2004

MEGRET, Frederic. **Beyond ‘freedom fighters’ and ‘terrorists’**: when, if ever, is non-state violence legitimate in international law. Working Paper Series, 06 abr. 2009

MERARI, Ariel. Terrorism as a strategy of insurgency. **Terrorism and political violence**, v.5, n.4, p.213-251, 1993, p. 26.

MIRABETE. Julio Fabbrini. **Execução penal** : comentários à lei n. 7.210, de 11-07-84. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2007

MONTEIRO, Antonio Lopes. **Crimes hediondos: texto, comentários e aspectos polêmicos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2008

MORAES, Maurício Zanoide de. **Presunção de inocência no processo penal brasileiro**: análise de sua estrutura normativa para elaboração legislativa e para a decisão judicial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010

MUÑOZ CONDE, Francisco; BUSATO, Paulo César. **Crítica ao direito penal do inimigo**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prisão e liberdade:** de acordo com a lei 12.403/11. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013

NUNES, Diego. As iniciativas de reforma à Lei de Segurança Nacional na consolidação da atual democracia brasileira: da inércia legislativa na defesa do Estado Democrático de Direito à ascensão do terrorismo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 22, n. 107, p.265-305, mar-abr. 2014

PALMA, Maria Fernanda (Coord.). **Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais.** Coimbra: Almedina, 2004

PASTOR, Daniel R., **El poder penal internacional.** Una aproximación jurídica crítica a los fundamentos del Estatuto de Roma. Barcelona: Atelier, 2006

PENTEADO, Jacques Camargo. **Justiça penal 5:** tortura, crime militar, habeas corpus. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante. **História e prática do habeas corpus,** tomo I, 8ª ed., São Paulo: Saraiva, 1979

PRADO, Geraldo; MALAN, Diogo. **Processo penal e democracia.** Estudos em homenagem aos 20 anos da Constituição da República, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009

PROULX, Vincent-Joël, Rethinking the jurisdiction of the International Criminal Court in the post-September 11th era: Should acts of terrorism qualify as crimes against humanity? **American University International Law Review**, v. 19, n. 5, p. 1009-1089, 2004

QUEIJO, Maria Elizabeth. **O direito de não produzir prova contra si mesmo.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012

QUIROGA, Jacobo López B.; ESPINAR, José Miguel Z. (Coord). **Dogmática e ley penal**. Homenaje a Enrique Bacigalupo. Tomo I, Madrid/Barcelona: Marcial Pons, 2004

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**, 17. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010

RODRIGUES, Anabela Miranda. O mandado de detenção europeu – na via da construção de um sistema penal europeu: um passo ou um salto? **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, Coimbra, ano 13, n. 1, jan-mar. 2003

SAAVEDRA, Boris. Confronting terrorism in Latin America: Latin America and United States policy implications. **Security and Defense Studies Review**, v.3, n. 2, 2003 apud CASTILHO, Antônio W. Guimarães, 2008, p. 167

SANGUINÉ, Odone. **Prisão cautelar, medidas alternativas e direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Forense, 2014

SANTANA, Selma Pereira de. A **tensão dialética entre os ideais de “garantia”, “eficiência” e “funcionalidade”**. Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, n. 52, ano 13, jan-fev. 2005

SARAIVA, Railda. **A Constituição de 1988 e o ordenamento jurídico-penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1992

SAUL, Ben. Reasons for defining and criminalizing ‘Terrorism’ in International Law. **Legal Studies Research Paper**, University of Sydney, n. 08/121, oct. 2008

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 26^a ed. São Paulo: Malheiros, 2006

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Projeto de código penal em debate. O dilema do primado da codificação. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, n. 261, ago. 2014

SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.). **Estudos criminais em homenagem a Evandro Lins e Silva**: criminalista do século. São Paulo: Método, 2001

SHANY, Yuval. Human Rights and Humanitarian Law as competing legal paradigms for fighting terror. *International Law Forum*, The Hebrew University of Jerusalem, Research Paper 23-09, November, 2009

SOLTOSKI Jr., Mário Elias. O control da dupla incriminação e o mandado de detenção europeu. **Revista Portuguesa de ciência criminal**, Coimbra, ano 16, n. 3, jul-set. 2006

SOTTIAUX, Stefan. **Terrorism and the limitation of rights**. The ECHR and the US Constitution. Oxford and Portland: Hart Publishing, 2008

SULEMAN, Arsalan M. Detainee Treatment Act 2005. **Harvard Human Rights Journal**, v. 19, Spring 2006

SWINARSKI, Christophe, **Introdução ao direito internacional humanitário**, Brasília: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 1996.

TILLY, Charles. Terror, terrorism, terrorists. *Sociological Theory, Theories of Terrorism: a symposium*. **American Sociological Association**, vol 22, n. 1, p. 5-13, mar. 2004

TOLEDO, Francisco de Assis. Crimes hediondos. **Fascículos de Ciências Penais**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, abr-jun. 1992

TOLEDO, Otávio A. de Almeida (Coord.). **Repressão penal e crime organizado**. São Paulo: Quartier Latin, 2009

TORNAGHI, Hélio. **Instituições de processo penal**, v. 1, 2. ed., São Paulo: Saraiva, 1977

TRECHSEL, Stefan. **Human rights in criminal proceedings**. New York: Oxford University Press, 2005

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado, **As três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana**, San José de Costa Rica, Brasília: Instituto Interamericano de Direitos Humanos, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 1996

_____. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**, 2 ed., v. 1, Porto Alegre: Fabris, 2003

TRIFFTERER, Otto. **Dogmatische Untersuchungen zur Entwicklung des materiellen Völkerstrafrechts seit Nürnberg**. Freiburg: Eberhard Albert Verlag, 1966

_____. (Edit). **Commentary on the Rome Statute of the international criminal court**. 2nd. ed., München: Verlag C.H. Beck, 2008

TUCCI, Rogério Lauria. **Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

TUCKER, David, **United States and international terrorism**, London: Praeger, 1997, p.53. Disponível em: http://terroremescala.blogs.sapo.pt/3553.html#_ftn2. Acesso em: 25 mai. 2013.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Manual on international cooperation in criminal matters related to terrorism**, New York, 2009

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Patterns of global terrorism, p. xvi. Disponível em: <http://www.state.gov/documents/organization/10286.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

VILELA, Alexandra. **Considerações acerca da presunção de inocência em direito processual penal**, Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

VON MÜNCH, Ingo. **Das Völkerrechtliche Delikt in der modernen Entwicklung der Völkerrechtsgemeinschaft**. Frankfurt am Main: P. Keppler Verlag, 1963

WALDRON, Jeremy. Terrorism and the uses of terror. **The Journal of Ethics**. Springer, v. 8, n. 1, p. 5-35, 2004

WEDY, Miguel Tedesco. **Eficiência e prisões cautelares**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013

_____. **Eficiência, garantias e justiça no processo penal**. Revista de estudos criminais, ano XII, nº 52, 2014

WOLOSZYN, André Luis, **Aspectos gerais e criminais do terrorismo e a situação no Brasil**, ago. 2006, p.12. Disponível em: www.defesanet.com.br. Acesso em: 25 ago. 2014

YEARBOOK OF THE INTERNATIONAL LAW COMMISSION, vol II, 1950. Disponível em: <http://untreaty.un.org/ilc/publications/yearbooks/1950.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013

_____, vol II, part 2, 1976. Disponível em: <http://untreaty.un.org/ilc/publications/yearbooks/1976.htm>. Acesso em: 21 jun. 2013

RESOLUÇÕES E LEGISLAÇÃO

2002/475/JAI, Decisão-Quadro do Conselho da União Europeia contra o terrorismo, publicada em 13.06.2002

2002/584/JAI. Decisão-Quadro do Conselho da União Europeia sobre o mandado de detenção europeu, de 13.06.2002

A/RES/42/159. *Measures to prevent international terrorism*, Dec. 7th, 1987

A/RES/49/60. *Measures to eliminate international terrorism*, Dec. 9th, 1994

A/RES/61/37. *Report of the Ad Hoc Committee established by General Assembly resolution 51/210*, Dec. 17th, 1996.

Deputy Secretary of Defense, **Memorandum for the Secretary of the Navy on the Order establishing Combatant Status Review Tribunals**, Jul. 7th, 2004.

ICJ 226, 240. *Threat or Use of Nuclear Weapons*, 1996.

Informe 12/96, de 01.03.1996, Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Informe 2/97, de 11.03.1997, Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Informe 35/07, de 06.08.2007, Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Ley Orgánica 7/2000

Ley Orgánica 5/2010

Observación General n. 8, **Comentarios generales adoptados por el Comité de los Derechos Humanos**, 16º período de sesiones, U.N. Doc. HRI/GEN/1/Rev.7 at 147 (1982)

Opinião Consultiva 8/87, da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Opinion on the international legal obligations of Council of Europe member States in respect of secret detention facilities and inter-state transport of prisoners adopted by the Venice Commission at its 66th Plenary Session (17-18 March 2006)

Report of the Special Rapporteur on the question of torture, Commission on Human Rights, UN Doc E/CN.4/2006/6, Dec. 23rd, 2005

S/RES/1267. Resolução 1267, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 15.10.1999

S/RES/1368. Resolução 1368, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 12.09.2001

S/RES/1373. Resolução 1373, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 28.09.2001

S/2005/373. *Report of the Secretary-General pursuant to paragraph 30 of resolution 1546 (2004)*, Jun. 7th, 2005

S/2006/137. *Report of the Secretary-General pursuant to paragraph 30 of resolution 1546 (2004)*, Mar. 3rd, 2006

U.S. Public Law 100-204, de 22.12.1987

U.S. Public Law 104-132, de 24.04.1996

U.S. Public Law 107-56, de 26.10.2001

SITES

<http://www.un.org/documents/ga/res/42/a42r159.htm>. Acesso em: 26 jun. 2013

<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2000/11/section/1>. Acesso em: 20 mar. 2013

<http://www.asil.org/ilib0503.cfm#J2>. Acesso em: 07 jun. 2013.

<http://www.fas.org/irp/crs/96-499.htm>. Acesso em: 07 jun. 2013

<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/11/20011113-27.html>. Acesso em: 25 ago. 2014

<http://www.legislation.gov.uk/>. Acesso em: 25 ago. 2014

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/>. Acesso em: 01 set. 2014.

<http://www.consilium.europa.eu>. Acesso em: 12 mai. 2014.

[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1267\(1999\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1267(1999)). Acesso em: 25 ago. 2014

http://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm#amdt_5_1791. Acesso em: 08 set. 2014

<http://hj.tribunalconstitucional.es/HJ/es-ES/Resolucion/Show/SENTENCIA/1988/145>. Acesso em: 08 set. 2014

<http://hj.tribunalconstitucional.es/en/Resolucion/Show/5012>. Acesso em: 05 abr. 2014.

<http://www.oas.org/pt/cidh/ppl/decisiones/Guantanamo.asp#Visita>. Acesso em: 23 out. 2014.

<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarConsolidada.asp>. Acesso em 04 set. 2014

http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2005/encontro_de_estudos_terrorismo.pdf. Acesso em: 05 set. 2014

<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/100792.pdf>. Acesso em: 05 set. 2014

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103652. Acesso em: 05 set. 2014

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AC74BC5C21401EC8628FBC036DB9996C.proposicoesWeb1?codteor=1037024&filename=Tramitacao-PL+4674/2012. Acesso em: 05 set. 2014

http://elyon1.court.gov.il/Files_ENG/02/690/007/A34/02007690.A34.pdf. Acesso em: 28 jun. 2013

JURISPRUDÊNCIA

Rasul v. Bush, 215 F. Supp. 2d 55 (2002)

Rasul et al v. Bush et al, 542 U.S. 466 (2004)

Hamdi v. Rumsfeld, 296 F.3d (4th. Circuit 2002)

Hamdi v. Rumsfeld, 243 F. Supp. 2d 527 (2002)

Hamdi v. Rumsfeld, **Order finding Mobbs Declaration insufficient**, United States District Court of Virginia, Aug. 16th, 2002

Hamdi v. Rumsfeld, 542 U.S. 507 (2004)

Padilla v. Bush, 233 F. Supp. 2d 564, 571 (SDNY 2002)

Padilla v. Rumsfeld, **Respondents' motion for reconsideration**, Jan. 13th, 2003

Padilla v. Rumsfeld, 243 F. Supp. 2d 42 (2003)

Padilla v. Rumsfeld, 352 F.3d 695 (2d Cir. 2003)

Rumsfeld v. Padilla 542 U.S. 426 (2004)

Boumediene v. Bush, 476 F.3d 981 (2008)

Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs and another v. Yunus Rahmatullah, UKSC, 48, Oct. 30th, 2012

Soering v. United Kingdom, *Application* n. 14038/88, 07 jul. 1989

A. and others v. United Kingdom, *Application* n. 3455/05, 19 fev. 2009

Al-Jedda v. United Kingdom, *Application* n. 27021/08, 7 jul. 2011

Castillo Petruzzi y otros v. Peru, sentencia de 30.05.1999 (Fondo, Reparaciones y Costas)

Loayza Tamayo v. Peru, sentencia de 17.09.1997 (Fondo)

Fox, Campbell and Hartley v. United Kingdom, *Application* n. 12244/86, Aug. 30th, 1990

Chaparro Álvarez v. Ecuador, sentencia de 21.11.2007 (Excepciones preliminares, fondo, reparaciones y costas)

Suarez Rosero v. Ecuador, sentencia de 12.11.1997 (Fundo)

Bayarri v. Argentina, sentencia de 30.10.2008 (Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas)

Brogan and others v. United Kingdom, *Application* n. 11209/84, Nov. 29th, 1988

Chahal v. United Kingdom, *Application* n. 22414/93, Nov. 15th, 1996